

Precariedade na educação entrava o crescimento nacional

Sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara, Boa Tarde.

Há algum tempo (12/13), o Senado divulgou uma pesquisa realizada pelo DataSenado, mostrando que 78,1% dos brasileiros apoiam a ideia de tornar a educação básica – envolvendo a educação infantil, o ensino fundamental e o médio – ação prioritária para o desenvolvimento nacional.

É evidente que a educação é fundamental. Está no cerne das principais questões do Brasil. Discutir crescimento, desenvolvimento, inclusão social, violência de qualquer ordem, costumes, sem eleger como base a educação é desejar o impossível.

Desde a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – o Fundef -, que permitiu a virada de

páginas da educação quando estimulou os prefeitos a criarem vagas para o ensino fundamental, sendo compensados com recursos financeiros direto do Fundo para Desenvolvimento de Educação, o FDE, para o município, venho batendo nesta tecla.

Depois, com o advento do Fundeb parecia que tudo continuaria caminhando. Não foi assim. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, não conseguiu o desempenho observado pelo Fundef – um dos grandes responsáveis pela universalização do ensino fundamental no Brasil.

Essas questões devem entrar na agenda nacional longe de demagogias, apelo e proselitismo político. Só há desenvolvimento se há educação abrangente e de qualidade.

Sempre digo que pobreza não é apenas a falta de renda, mas, sim, a soma de uma série de carências faz com que o ciclo de pobreza não consiga ser rompido de forma efetiva em nosso país, que optou por um Bolsa-Família meramente

assistencialista – fugindo dos moldes do Bolsa-Escola Federal, que previa contrapartidas efetivas e monitoradas para o recebimento do benefício.

A Educação é, de fato, uma das ferramentas mais eficazes para o rompimento deste ciclo – por isso, a vinculação da transferência de renda à presença na escola. E o monitoramento desta presença deve ser efetivo.

Repito: uma das carências que gera e alimenta o ciclo da pobreza é, sem dúvida, a educação. Mais especificamente a falta de acesso à educação de qualidade.

Apesar da universalização do ensino alcançada no Governo FHC – por meio de ações coordenadas com excelência pelo Ministro Paulo Renato –, deixamos de avançar substancialmente no tema.

Isso significa que, com menos educação, a brutal maioria da população não tem acesso aos melhores empregos e sua renda continua baixa. Desta forma, fica impossível romper o ciclo da pobreza.

E o mundo sabe que o Brasil não está mais no caminho. Um segundo estudo, intitulado “Índice para uma vida melhor”, divulgado em junho deste ano pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, mostra que o brasileiro trabalha mais do que a média dos habitantes dos países ricos, mas é mais pobre do que todos.

Isso significa que o brasileiro trabalha, trabalha e no final produz pouco, pois é pouco instruído. Ou seja, seu suor não agrega muito à economia.

Aqui, apenas 43% dos adultos entre 25 e 64 anos possuem o equivalente ao diploma de ensino médio. É muito menos do que a média da OCDE (75%). É bem menos do que o nosso vizinho Chile, onde 72% da população alcança essa faixa escolar.

E é ainda mais triste ver que, apesar de toda a consciência nacional entorno do tema Educação, a situação não está melhorando muito. Entre os jovens de 25 a 34 anos, apenas 57% terminaram o segundo grau, contra 82% na comparação internacional.

Além disso, vivemos no país que tem o pior desempenho no Pisa, o exame internacional que compara o desempenho acadêmico de alunos de 15 anos, entre os 36 países analisados pela OCDE.

A nota média brasileira é 406, menor do que a média da OCDE (497) e muito atrás da elite mundial, como Finlândia (529) e Japão (538).

A realidade é complexa e fundamentalmente estratégica para repensarmos a disparidade social e o dinamismo econômico de nosso País.

Vale lembrar que, apesar de ser a sétima maior economia em valores absolutos, em valores per capita e

contando todos os países o Brasil fica apenas com o 79º lugar.

A análise negativa feita pela OCDE não para por aí: o Brasil tem ainda a penúltima pior expectativa de vida: 73 anos, contra 80 na média; ganhando apenas da Rússia. Ostentamos, ainda, os piores indicadores de segurança pública.

Não faço parte do bloco do quanto pior melhor. Da oposição irresponsável. Temos que divulgar este estudo para que as pessoas saibam a real situação do país e possamos pensar, juntos, em soluções.

A tendência na diminuição da pobreza vem se revertendo. Estamos retrocedendo e isso é o que aponta não apenas este novo índice da OCDE, como, também, o já consagrado Coeficiente de Gini.

Segundo apontado pela Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) e divulgado pelo IBGE, o índice de Gini brasileiro é 0,526.

Para quem não conhece, o coeficiente de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini.

Os dados variam entre 0 e 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm).

Para vocês terem uma ideia, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo – longe da média da União Europeia chegou a 0,290 no ano passado.

São consideradas carências: atraso educacional; não inclusão na seguridade social (como contribuinte ou beneficiário); características do domicílio inadequadas (mais de 2,5 pessoas por dormitório, por exemplo); e falta de acesso a algum serviço público básico.

Enfim, nobres colegas, trago este tema em uma data conveniente – o dia do Professor. Profissional que é o responsável por fazer acontecer essa transformação que tanto queremos. A educação de qualidade é possível. Mas para que se torne realidade precisamos reconhecer o profissional mais importante para que o Brasil volte a avançar e um dia se torne um país verdadeiramente mais junto, humano e inclusivo.

Para isso, meritocracia é fundamental. Precisamos valorizar o profissional que se dedica, que, de fato, transforma vidas e auxilia o crescimento nacional.

Por todos esses motivos defendo a Gestão Democrática da Educação Pública: com Meritocracia e a Participação efetiva da comunidade escolar; a formação continuada do profissional: com o uso da Tecnologia de Informação.

Acredito, ainda, que precisamos valorizar o trabalho do professor com a alteração do processo de atribuição de hora-aula, para a garantia de um ensino igualitário e de qualidade.

E, claro, um olhar mais atento para as políticas educacionais para a Primeira Infância. Com estímulo ao

desenvolvimento pleno (Físico, Psicológico e Motor) à criança na fase em que esta mais se desenvolve e forma suas conexões neuronais.

É preciso ficar claro que independente de datas o Professor é peça fundamental para que sejamos o país que queremos: mais justo, equilibrado e com possibilidade de desenvolvimento real para seus cidadãos. Afinal, a educação somente cumpre de fato seu papel quando atende de forma satisfatória a todos – inclusive os profissionais envolvidos. No final, é como diz o ditado popular: eduquem suas crianças para que não seja necessário castigar seus homens.

Muito obrigado.